

Outubro 2020

NOVIDADES (FISCAIS)



COVID-19 – Regime extraordinário de proteção dos arrendatários

Foi publicada, no Diário da República n.º 191/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-09-30, a Lei n.º 58-A/2020 que alarga o regime extraordinário de proteção dos arrendatários, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/144273514/details/maximized?serie=I&day=2020-09-30&date=2020-10-01>

Contabilistas certificados – Justo impedimento

Foi publicada, no Diário da República n.º 192/2020, Série I de 2020-10-01, a Portaria n.º 232/2020 que estabelece as obrigações declarativas fiscais que estão abrangidas pelo regime do justo impedimento de curta duração, previsto no artigo 12.º-A do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro.

https://dre.pt/application/file/a/144153255?fbclid=IwAR0e_KrtvLQOYZI8oHiCip7T4fKQvgS-iXZ8N5yx6xwGGyNIRLrLzrAn_bg

COVID-19 - Reorganização do trabalho

Foi publicado, no Diário da República n.º 192/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-10-01, o Decreto-Lei n.º 79-A/2020 que estabelece um regime excepcional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/144272529/details/maximized?serie=I&day=2020-10-01&date=2020-10-01>

IVA - Novas regras de simplificação nas transações intracomunitárias

Foi divulgada, no Portal das Finanças, uma nota informativa sobre as novas regras de simplificação nas transações intracomunitárias (IVA).

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Novas_regras_simplificacao_transacoes_intracomunitarias.aspx

Lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais

Foram publicados, no Jornal Oficial da União Europeia C 331, de 2020/10/07, os novos anexos I e II das conclusões do Conselho de 18 de fevereiro de 2020 sobre a Lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais – Relatório do Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas).

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.C_.2020.331.01.00.03.01.POR&toc=OJ:C:2020:331:TOC

COVID-19 - Retificação - Regime extraordinário de proteção dos arrendatários

Foi publicada, no Diário da República n.º 198/2020, Série I de 2020-10-12, a Declaração de Retificação n.º 39/2020 que retifica a Lei n.º 45/2020, de 20 de agosto, que altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos

contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril.

<https://dre.pt/application/file/a/145132101>

Orçamento do Estado 2021 - Proposta

Foi divulgada, no Portal da Direção Geral do Orçamento (DGO), a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2021.

<https://www.dgo.gov.pt/politicaorcament/Paginas/OEpagina.aspx?Ano=2021&TipoOE=Proposta%20e%20Or%3%a7amento%20do%20Estado&TipoDocumentos=Lei%20/%20Mapas%20Lei%20/%20Relat%3%b3rio>

Prorrogação - Comunicação do SAF-T - DMR

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho 386/2020-XXII, do SEAAF, de 12 de outubro, que determina a prorrogação da comunicação do SAF-T da faturação através do Portal das Finanças e da declaração mensal de remunerações (DMR), até ao dia 15 de outubro.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAAF_386_2020_XXII.pdf

COVID-19 – Situação de calamidade

Foi publicada, no Diário da República n.º 200/2020, 1.º suplemento, Série I de 2020-10-14, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020 que declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://dre.pt/application/file/a/145440222>

COVID-19 - Medidas excecionais e temporárias

Foi publicado, no Diário da República n.º 201/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-10-15, o Decreto-Lei n.º 87-A/2020 que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

<https://dre.pt/application/file/a/145590681>

COVID-19 – Apoio extraordinário à retoma progressiva

Foi publicado, no Diário da República n.º 203/2020, Série I de 2020-10-19, o Decreto-Lei n.º 90/2020 que altera o apoio extraordinário relativo à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial.

<https://dre.pt/application/file/a/145714297>

IVA – Taxa intermédia - Eletricidade

Foi publicada, no Diário da República n.º 203/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-10-19, a Portaria n.º

247-A/2020 que regula a aplicação da verba 2.8 da lista II anexa ao Código do IVA em cumprimento do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 74/2020, de 24 de setembro.

<https://dre.pt/application/file/a/145714304>

COVID-19 – Concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira

Foi publicada, no Diário da República n.º 206/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-10-22, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-B/2020 que define medidas especiais aplicáveis aos concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira, no âmbito da situação de calamidade.

<https://dre.pt/application/file/a/146245385>

IVA – Programas de faturação certificados – Sujeitos passivos não estabelecidos em Portugal

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho n.º 404/2020-XXII do SEAAF, de 20/10, que determina que a obrigação prevista no art.º 4 do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15/02 (utilização de programas de faturação certificados), no caso de sujeitos passivos não estabelecidos em território nacional mas aqui registados para efeitos de IVA, só seja aplicável a partir de 1 de julho de 2021.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAAF_404_2020_XXII.pdf

Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade

Foi divulgado, no Portal do Governo, um explicador atualizado sobre o Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=mecanismo-de-apoio-a-retoma-progressiva-da-atividade>

COVID-19 – Limitação de circulação

Foi publicada, no Diário da República n.º 208/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-10-26, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 89-A/2020 que determina a limitação de circulação entre diferentes concelhos do território continental no período entre as 00h00 de 30 de outubro e as 06h00 de dia 3 de novembro.

<https://dre.pt/application/file/a/146410254>

Prorrogação – Código único de documento (ATCUD) – Comunicação de séries documentais

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho n.º 412/2020-XXII do SEAAF, de 23/10, que determina que a menção do código único de documento (ATCUD), nas faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, apenas será obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2022 e que a AT deve permitir aos sujeitos passivos a comunicação de

séries documentais a partir do segundo semestre de 2021.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAAF_412_2020_XXII.pdf

COVID-19 – Uso obrigatório de máscara

Foi publicada, no Diário da República n.º 209/2020, 2.º Suplemento, Série I de 2020-10-27, a Lei n.º 62-A/2020 que determina, a título excecional, a obrigatoriedade do uso de máscara para o acesso, circulação ou permanência nos espaços e vias públicas.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/146435561/details/maximized>

Retificação – Limitação de circulação

Foi publicada, no Diário da República n.º 209/2020, 3.º Suplemento, Série I de 2020-10-27, a Declaração de Retificação n.º 40-B/2020 que retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 89-A/2020, de 26 de outubro, que determina a limitação de circulação entre diferentes concelhos do território continental no período entre as 00h00 de 30 de outubro e as 06h00 de dia 3 de novembro de 2020.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/146805480/details/maximized>

Segurança Social – Apoio extraordinário à retoma progressiva

Foi divulgada, no Portal da Segurança Social, uma notícia sobre o novo prazo de entrega do pedido do Apoio extraordinário à retoma progressiva para o mês de setembro. Também é possível requerer o pedido de apoio para os novos intervalos de variação de quebra de faturação previstas no DL 46-A/2020, de 30 de julho, introduzidas pelo DL 90/2020, de 19 de outubro.

http://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/9N8j/content/apoio-extraordinario-a-retoma-progressiva-setembro

IVA – Franquia aduaneira - a Importação dos bens para combate ao surto de COVID-19

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia L 359, de 2020/10/29, a Decisão (UE) 2020/1573 da Comissão, de 28 de outubro de 2020 que altera a Decisão (UE) 2020/491 relativa à franquia aduaneira e à isenção de IVA sobre a importação dos bens necessários para combater os efeitos do surto de COVID-19 em 2020.

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_2020.359.01.0008.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2020%3A359%3ATOC

Branqueamento de capitais

Foi publicada, no Diário da República n.º 212/2020, Série I de 2020-10-30, a Declaração de Retificação n.º 41/2020 que retifica a n.º Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto, que transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis.

<https://dre.pt/application/file/a/147102077>

Faturação – Código QR - ATCUD

Foi divulgada, no Portal das Finanças, uma nota sobre a obrigatoriedade da inclusão do Código de Barras Bidimensional (Código QR) nas faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, a partir de 1 de janeiro de 2021. Considerando o Despacho SEAAF n.º 412/2020.XXII, o campo ATCUD deverá ser preenchido com “0” zero até que este seja operacionalizado.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Codigo_QR_20201029.aspx

Prorrogação - Donativos a determinadas entidades EPE

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho n.º 415/2020-XXII do SEAAF, de 30/10, que determina a prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, da exclusão do Imposto do Selo e a aplicabilidade dos benefícios fiscais previstos no Estatuto do Mecenato, aos donativos concedidos à SPMS, EPE e às Entidades Hospitalares, EPE.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAAF_415_2020_XXII.pdf

Instruções Administrativas

Ofício Circulado nº	Data	Assunto
15 7791	28/09	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a partir de 1 de outubro.
15 794	23/10	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a partir de 1 de novembro.
30 225	02/10	IVA - Novas regras de simplificação nas transações intracomunitárias.
30 226	02/10	IVA - Declaração recapitulativa.
35 133	12/10	ISP - Tributação da produção de energia. Alterações da Lei do OE/2020.

Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS			
20/10/2020	CIMI	2	Imposto Municipal sobre Imóveis - inscrição matricial dos baldios - Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto
20/10/2020	CIMI	6	Classificação de prédio rústico com licença de construção concedida

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS			
07/10/2020	CIMT	2	Permuta
07/10/2020	CIMT	2	Adjudicação de bens imóveis afetos a uma sociedade civil aos sócios na respetiva proporção da entrada de cada um
07/10/2020	Decreto-Lei n.º 311/82 de 04/08	3	Locação financeira imobiliária
07/10/2020	CIMT	2	Aquisição do direito de propriedade de imóveis numa operação de fusão de empresas
07/10/2020	CIMT	9	Isenção do art.º 9.º do CIMT na aquisição de prédio por emigrante

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO DO SELO			
14/10/2020	CIS	20	Dedução de impostos devidos pelo autor da sucessão na participação de Imposto do Selo
07/10/2020	CIS	1	Prémios concurso
07/10/2020	CIS	1	Aquisição do direito de propriedade de imóveis numa operação de fusão de empresas
07/10/2020	CIS	7	Acordo de gestão centralizada de tesouraria - Cash Pooling - Isenção da alínea h) do n.º 1 do artigo 7.º do CIS - Falta de preenchimento do pressuposto subjetivo de que depende o direito ao benefício fiscal



Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C 331/19	1 outubro 2020	Staatssecretaris van Financiën	IVA	Diretiva 2006/112/CE – Artigo 98.º – Faculdade de os Estados membros aplicarem uma taxa reduzida de IVA a determinadas entregas de bens e prestações de serviços – Anexo III, ponto 1 – Conceitos de «produtos alimentares destinados ao consumo humano» e de «produtos normalmente destinados a servir de complemento ou de substituto de produtos alimentares» – Produtos afrodisíacos.
C 405/19	1 outubro 2020	Vos Aannemingen	IVA	Sexta Diretiva 77/388/CEE – Artigo 17.º, n.º 2, alínea a) – Direito à dedução do imposto pago a montante – Serviços de que terceiros também beneficiaram – Existência de uma relação direta e imediata com a atividade económica do sujeito passivo – Existência de uma relação direta e imediata com uma ou várias operações efetuadas a jusante.
C 235/19	8 outubro 2020	United Biscuits (Pensions Trustees) e United Biscuits Pension Investments	IVA	Diretiva 2006/112/CE – Artigo 135.o, n.º 1, alínea a) – Isenção das operações de seguro – Serviços de gestão de fundos de pensões prestados à empresa fiduciária pelos gestores de investimentos – Exclusão de qualquer indemnização contra a materialização do risco – Regime profissional de pensões – Prática fiscal nacional – Exercício de uma atividade de seguro – Entidades autorizadas – Entidades que não dispõem dessa autorização – Conceito de “operações de seguro”.
C 657/19	8 outubro 2020	Finanzamt D	IVA	Diretiva 2006/112/CE – Isenções – Artigo 132.º, n.º 1, alínea g) – Prestações de serviços estreitamente relacionadas com a assistência social e com a segurança social – Elaboração de pareceres sobre a necessidade da prestação de cuidados de assistência – Sujeito passivo mandatado pelo serviço médico do seguro de assistência – Organismos reconhecidos como tendo carácter social.
C 335/19	15 outubro 2020	E.	IVA	Diretiva 2006/112/CE – Artigo 90.º – Redução do valor tributável do IVA – Não pagamento total ou parcial do preço – Condições impostas por uma regulamentação nacional para o exercício do direito à redução – Condição de o devedor não ser objeto de um processo de insolvência ou de liquidação – Condição de o credor e o devedor estarem registados como sujeitos passivos de IVA.